

## **A relação comunidade-escola como prática democrática no ambiente escolar**

---

**Marco Aurelio de Moraes Nery**

*Pós-graduado em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar (especialização),  
Graduado em Normal Superior (UNITINS) e licenciado em História (UFT).*

DOI: 10.47573/aya.88580.2.53.17

## RESUMO

O presente estudo apresenta as reflexões acerca da relação comunidade-escola como prática democrática no Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves em Barrolândia-TO, tendo em vista a revisão bibliográfica e documental. Traz também a discussão das tomadas de decisões do colegiado como órgão de elo entre a escola e a comunidade. Apresenta os pontos que necessitam aprimorar o processo de maior participação popular e os caminhos a serem percorridos para promover mais autonomia da Unidade Escolar, como forma de democratização da educação.

**Palavras-chave:** educação. gestão democrática. participação. comunidade.

## ABSTRACT

This study presents reflections on the community-school relationship as a democratic practice at Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves in Barrolândia-TO, in view of the bibliographical and documental review. It also brings the discussion of decision-making by the collegiate as a link between the school and the community. It presents the points that need to improve the process of greater popular participation and the paths to be followed to promote more autonomy in the School Unit, as a way of democratizing education.

**Keywords:** education. democratic management. participation. community.

## INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma pesquisa que tem a gestão escolar como objeto de estudo a partir das leituras acadêmicas sobre o tema, bem como a investigação da realidade de uma escola pública em regime integral do município de Barrolândia-TO, em relação à participação da comunidade na efetivação da gestão democrática, a partir da análise de documentos, levantamento bibliográfico em leis e bases teóricas. Pois, o fato é que esse processo ainda desafia os gestores das escolas de todo o território nacional. O desenvolvimento da pesquisa teve como eixo norteador o seguinte problema: Como é promovida a relação escola-comunidade no processo de gestão no Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves em Barrolândia-TO?

Para tanto, tem-se o objetivo de investigar a relação escola e comunidade no processo de gestão no Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves, em consonância com os princípios normativos de democratização da educação. Para (Carvalho 2016, p. 218):

[...] quanto mais o ser social interage em sociedade, nos seus diversos espaços, tanto mais, poderá superar os entraves e barreiras constitutivas do processo de alienação, possibilitando a ampliação da liberdade e da autonomia dos indivíduos nos espaços sociais.  
[...]

O estudo tende a abordar discussões acerca dos desafios encontrados pelo gestor na tentativa de envolver a comunidade nas ações da escola, concomitantemente com os fundamentos e princípios legais dos processos de gestão participativa, no sentido de promover e fortalecer a gestão escolar democrática.

A escola é responsável pela formação dos estudantes com base nos princípios de liberdade, autonomia e protagonismo, tornando-os críticos e atuantes na sociedade em que vivem.

Porém, a realidade de muitas escolas é que essa ação revela-se sem exigir o desenvolvimento de atitudes crítico-reflexivas, e limita-se suas atividades sem essa participação efetiva dos alunos.

A participação da comunidade escolar e local nos colegiados é de suma importância para a descentralização do poder e divisão das responsabilidades. Nessa ótica, a proposta pedagógica da escola é construída coletivamente através da participação dos segmentos interessados, onde o direito de cada um seja a representação do direito de todos. Nesse sentido, Luck (2009) afirma que a educação tem a competência de:

Articular e englobar as várias dimensões da gestão escolar e das ações educacionais, como condição para garantir a unidade de trabalho e de desenvolvimento equilibrado de todos os segmentos da escola, na realização de seus objetivos, segundo uma perspectiva interativa e integradora. (LUCK, 2009, p.15)

Neste caso, ao adotar a descentralização do processo de decisões e distribuição das responsabilidades por meio da coletividade, prontamente chega-se efetivação da participação das pessoas envolvidas no contexto escolar, na busca por melhores resultados e uma educação de qualidade, de modo que garanta os direitos de todos os envolvidos na escola, na educação e na sociedade.

Entende-se que o estudo sobre a democratização da educação é de fundamental importância para transformar a escola num ambiente agradável onde se desenvolvam novas experiências, habilidades e competências, de forma em que os estudantes participem ativamente do processo, tornando-os protagonistas em seu desenvolvimento pessoal, social, cultural e profissional. Como referências bibliográficas, os autores utilizados na pesquisa foram: Berlatto, Carvalho, Gramsci, Gadotti, Luck, Paro e Sá.

## DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves, situado no município de Barrolândia – Tocantins e atualmente possui 132 alunos que estudam o ensino médio na modalidade integral, 12 professores e 21 funcionários do administrativo.

O marco inicial para ter a gestão escolar como objeto de investigação consiste, a partir das leituras acadêmicas na disciplina de Pesquisa em Educação: Perspectiva Histórica e Crítico-Dialética, do mestrado profissional em educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), bem como, o interesse em relação ao processo democrático de gestão escolar, em sistematização com a teoria.

Muitos estudos comprovam que a gestão democrática está distante na maioria das escolas, pois abrange o exercício do poder, nos processos de planejamento, na avaliação dos resultados e na tomada de decisões. A gestão democrática tem exigências e características próprias, no qual requer procedimentos que promovam a participação, o envolvimento e o comprometimento das pessoas.

Entretanto, acredita-se que a partir do desenvolvimento da pesquisa conhecemos os desafios, as vantagens e a realidade de uma escola pública em regime integral de Barrolândia-TO, na busca pela promoção da prática de gestão democrática e participativa, bem como por uma

educação de qualidade.

Segundo a Constituição Federal Brasileira no artigo 206 rege que o ensino das escolas públicas brasileiras deve ser organizado e ofertado, com base no princípio da gestão democrática (BRASIL, 1988). No artigo 205, assegura:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 347)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 9.394/96 estabelece a participação da comunidade escolar e local na gestão das Unidades escolares, através dos órgãos colegiados, conforme explicita:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p.15).

O gestor escolar deve desempenhar um papel fundamental com responsabilidade e compromisso de ter a habilidade de trabalhar o clima organizacional e articular a participação das pessoas envolvidas no processo educacional, a fim de contribuir com a qualidade do ensino ofertado. Para tanto, a gestão do Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves considera a gestão democrática de suma importância, pois vale ressaltar que permite a transformação da cultura da escola e dos atores pedagógicos, em busca de uma sociedade mais participativa e consciente de seus direitos. Implica também na luta pela garantia da autonomia da unidade escolar e na participação efetiva nos processos de tomada de decisão.

Entendemos que as políticas referentes à democratização das relações no campo da educação precisam considerar o contexto em que estas estão inseridas, as necessidades existentes e as condições em que elas se efetivam. Essa compreensão reforça o papel preponderante das políticas que valorizam a democracia, de modo especial àquelas que promovem a gestão democrática. (CARVALHO, 2013, p.63)

À vista disso, é necessário que haja a integração entre família, comunidade e escola, de forma que participem ativamente do processo de gestão, nas tomadas de decisões compartilhadas dos órgãos colegiados, na elaboração e avaliação das ações do projeto pedagógico da escola. Desse modo, segundo a gestão, a relação escola-comunidade no Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves no município de Barrolândia é promovida de uma forma harmoniosa, onde há parcerias com entidades municipais, públicas e religiosas, tendo como objetivo um resultado positivo no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

A adoção de uma concepção de ser humano como sujeito histórico exige que se considere o fato de que as relações entre cidadania, democracia e educação se dão em tal reciprocidade e imbricação que cada um dos termos contém necessariamente os demais. (PARO, 2001, p.9).

Segundo (BERLATTO 2014, p.355) “Um dos aspectos constitucionais do direito à educação é que ela deve ser desenvolvida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Não se pode falar em democratização sem levar em consideração a importância do aluno no processo de resolução dos problemas e nas tomadas de decisões. O ambiente escolar deve promover essa integração dos alunos, na defesa dos seus direitos e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, buscando considerar as necessidades reais dos estudantes de modo que participem ativamente da realidade social e da convivência democrática. Nesta perspectiva, observou-se em registros, atas, PPP, regimento, estrutura do colegiado e relatórios, que as ações do Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves para a integração da comunidade escolar e local, foram promovidas através de parcerias com entidades públicas e religiosas, polícia militar, conselho tutelar, servidores da saúde e por meio de doação de alimentos e enxoval para aluna e comunidade. Além disso, tem trabalhado para estimular o protagonismo dos estudantes, apesar de não ter a integração dos alunos no colegiado, por serem menores de idade, são representados por líderes para participarem das discussões e tomadas de decisões.

Para (GRAMSCI, 2000, p.23):

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização”, e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.

Nessa perspectiva, a prática democrática da gestão tem uma função fundamental na formação de cidadãos, à medida que a escola considera os estudantes como sujeitos capazes de transformar a sociedade em que estão inseridos, para desempenhar seu papel de forma consciente, emancipadora e autônoma.

É necessário uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho democrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI, 1994, p.2)

É importante considerar que para a escola construir sua identidade requer a ampliação do espaço de decisão, na busca do fortalecimento da participação no contexto educacional e da formação de sua autonomia. Para tanto, a gestão deve aproximar a relação da escola com a comunidade, envolvendo professores, funcionários, pais, alunos e membros da comunidade no ambiente escolar. Observou-se nas pautas e atas que os assuntos abordados pela escola e Colegiado são pertinentes, em relação ao ensino-aprendizagem, reestruturação da associação, tomadas de decisões, reestruturação do Projeto Político Pedagógico da instituição, transparência e prestação de contas.

Segundo Luck (2013):

[...] a autonomia é um processo coletivo e participativo de compartilhamento de responsabilidade emergente e gradualmente mais complexas, resultante do estabelecimento conjunto de decisões. Não se trata de a escola ser autônoma para alguém, para algum grupo, mas de ser autônoma com todos, desse modo caracterizando-se como uma gestão democrática e compartilhada. (LUCK, 2013, p.99)

Tendo em vista os indicadores de qualidade da educação do Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves, através do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, percebe-se que ao final da etapa ofertada pela instituição - 3ª série do ensino médio, os resultados de 3,8 em 2019 estão acima das metas projetadas pelo MEC de 3,7. Os resultados são decorrentes

de uma proposta pedagógica em regime integral a partir do contexto e de um trabalho integrado entre gestão, corpo docente e discente. Conforme o quadro abaixo:

3ª SÉRIE																
Escola †	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005 †	2007 †	2009 †	2011 =	2013 =	2015 †	2017 †	2019 †	2007 †	2009 =	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 =	2021 †
COLEGIO ESTADUAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES							3,5	3,8							3,7	4,0

Fonte: INEP 2021.

Dentre as ações relevantes de mobilização da população, podemos destacar as reuniões de pais e mestres, reuniões para a reestruturação do PPP e os Clubes de Leitura, de Cinema e de Oração, onde os alunos se reúnem de acordo com seu perfil para a escolha do presidente de cada clube e para a elaboração dos projetos e das ações a serem desenvolvidas durante o ano. O trabalho com os clubes remete um forte elemento de autonomia e participação dos alunos em consonância com a gestão, conforme (SÁ 2011, p. 73) “[...] o papel da educação na promoção da cidadania se apresenta como espaço fundamental para a construção de uma sociedade com uma educação de qualidade social.”

No entanto, vale ressaltar que esse trabalho tem a finalidade de apresentar algumas considerações para o fortalecimento da relação comunidade-escola como prática democrática no ambiente escolar. Nesse sentido, consideramos de extrema importância a implementação das ações que promovem a integração da comunidade local na tomada de decisões e na participação no ambiente escolar, bem como no envolvimento dos alunos nas tomadas de decisões do colegiado, de acordo com (Carvalho, 2016, p.218).

[...] Mas, quanto mais o ser social interage em sociedade, nos seus diversos espaços, tanto mais poderá superar os entraves e barreiras constitutivas do processo de alienação, possibilitando a ampliação da liberdade e da autonomia dos indivíduos nos espaços sociais.”

Vale ressaltar que o cargo de direção do Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves não passou por um processo de eleição para a atuação do cargo, sendo através de indicação. É importante considerar, que quanto mais sujeitos envolvidos desde a escolha da gestão, terá maior representação social, desse modo, vai percorrer os caminhos da democratização de gestão da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, podemos dizer que o Colégio Estadual Presidente Tancredo Neves, dentro de suas possibilidades tem buscado desenvolver um trabalho integrado com a comunidade escolar e local, cumprindo sua função educacional e social.

No entanto, para a efetivação de uma gestão democrática na Unidade Escolar, requer maior envolvimento dos sujeitos nas tomadas de decisões e nos processos educacionais, principalmente dos alunos no colegiado, tendo o objetivo de assegurar os direitos educacionais e

consequentemente uma educação de qualidade social. Segundo (Berlatto 2014, p. 355) “Um dos aspectos constitucionais do direito à educação é que ela deve ser desenvolvida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A respeito da democratização da gestão da educação, cabe ressaltar a relevância da atuação dos clubes dos alunos da escola na mobilização dos sujeitos para participarem ativamente do processo educacional, no exercício da cidadania e da transformação social. Com essa composição dos estudantes em clubes, percebe-se uma representatividade social, por meio da pluralidade e dos diversos saberes, no qual, essa realidade fortalece a gestão, ao exercer sua função de forma autônoma, responsável e democrática, na promoção da cidadania e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BERLATTO, Odir. A garantia constitucional do direito à educação. In.: BELLO, Enzo; LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto; AUGUSTIN, Sérgio (Orgs.). Direito e marxismo. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

CARVALHO, Roberto Francisco de. Gestão e participação universitária no século XXI. Curitiba/PR: Editora CRV, 2013.

CARVALHO, Roberto Francisco de. A constituição do Estado brasileiro na tensão entre o domínio e a direção de classe: a educação como arena ético-política. In.: VILAS BÔAS, João Paulo Simões; NETO, Leon Farhi; PERIUS, Oneide (orgs.). Filosofia em Debate: questões de ética, educação e política. Florianópolis: Nefiponline, 2016.

GADOTTI, Moacir. O Projeto Político Pedagógico da Escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania. Conferência Nacional de Educação para todos. Brasília, set. de 1994.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. In: Cadernos do Cárcere. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 13-109.

LUCK, H. Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. 9 ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2013. (Série cadernos de gestão)

LUCK, H. Dimensões de Gestão Escolar e suas Competências. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001a.

SÁ, Giedre Terezinha Ragnini. A gestão educacional na contemporaneidade e a construção de uma escola emancipatória à luz da teoria de Gramsci. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.